

ATIVISMO NO JORNALISMO DO CENTRO DO MUNDO:

Sumaúma e a denúncia do genocídio Yanomami



LUIZA GOULD

Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil

ORCID: 0000-0002-3192-0331

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1612

Recebido em: 31/03/2023

Desk Review em: 06/05/2023

Editor de Desk Review: Laura Storch

Revisado em: 28/09/2023

Aprovado em: 10/10/2023

Como citar este artigo: Gould, L. (2023). ACTIVISM IN JOURNALISM FROM THE CENTER OF THE WORLD: Sumaúma and the denunciation of the Yanomami genocide. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1612. DOI 10.25200/BJR.v19n3.2023.1612

RESUMO – Este artigo parte de um resgate crítico da noção de objetividade jornalística para investigar como produções engajadas, que deixam transparecer posicionamentos e vieses, podem gerar enfrentamentos à desumanização. Para tanto, integram o corpus da pesquisa duas reportagens e um editorial que denunciam o genocídio do povo indígena Yanomami no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Os textos foram publicados por Sumaúma, plataforma idealizada pela jornalista brasileira Eliane Brum junto a outros quatro colegas com o intuito de contar histórias da Amazônia e defendê-la. Constatamos, a partir da análise de discurso (Orlandi, 2005), que esses textos geram significados específicos a partir de sua inscrição numa perspectiva de jornalismo de subjetividade (Moraes, 2022), com potencial de reflexividade e ação.

Palavras-chave: Jornalismo ativista. Objetividade. Subjetividade. Reportagem. Yanomami.

ACTIVISM IN JOURNALISM FROM THE CENTER OF THE WORLD: Sumaúma and the denunciation of the Yanomami genocide

ABSTRACT – This article starts from a critical rescue of the notion of journalistic objectivity to investigate how engaged productions, which reveal positions and biases, can generate confrontations against dehumanization. To this end, the research corpus includes two in-depth reports and an editorial that denounce the genocide faced by the Yanomami indigenous people in Brazil during Jair Bolsonaro's government (2019-2022). Sumaúma, a platform created by Brazilian journalist Eliane Brum with four other colleagues to tell stories about the Amazon and defend it, published both contents. Through discourse analysis (Orlandi, 2005), we found that these texts generate specific meanings based on their inscription in a perspective of subjective journalism (Moraes, 2022), with potential for reflexivity and action.

Key words: Activist journalism. Objectivity. Subjectivity. Reporting. Yanomami.

ACTIVISMO EN PERIODISMO DESDE EL CENTRO DEL MUNDO: Sumaúma y la denuncia del genocidio Yanomami

RESUMEN – Este artículo parte de un rescate crítico de la noción de objetividad periodística para investigar cómo producciones comprometidas, que revelan posiciones y sesgos, pueden generar confrontaciones con la deshumanización. Para ello, el corpus de investigación incluye dos reportajes en profundidad y un editorial que denuncian el genocidio del pueblo indígena Yanomami en Brasil durante el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ambos contenidos fueron publicados por Sumaúma, una plataforma creada por la periodista brasileña Eliane Brum junto a otros cuatro colegas para contar historias sobre la Amazonía y defenderla. Verificamos desde el análisis del discurso (Orlandi, 2005) que estos textos generan significados específicos a partir de su inscripción en una perspectiva de periodismo de la subjetividad (Moraes, 2022), con potencial para la reflexividad y la acción.

Palabras clave: Periodismo activista. Objetividad. Subjetividad. Informe especial. Yanomami.

1 Introdução

Em setembro de 2022 nascia Sumaúma, uma plataforma de jornalismo trilingue (português, espanhol e inglês) com sede em Altamira, Médio Xingu, no estado do Pará (região Norte do Brasil). O manifesto publicado por seus integrantes na ocasião – as jornalistas Eliane Brum, Carla Jiménez (que deixou a equipe em dezembro daquele ano), Verónica Goyzueta, Talita Bedinelli e o jornalista britânico Jonathan Watts – detalhava o posicionamento por trás do projeto e das pautas que passariam a ser desenvolvidas. Esse posicionamento pode ser percebido primeiramente pela escolha do nome Sumaúma: sagrada para as culturas pré-colombianas, esta é considerada a mãe

das árvores da Floresta Amazônica, sendo uma das maiores em tamanho e diâmetro presentes ali e também em outras regiões da América do Sul e do México. “Basta pronunciar a palavra sumaúma [...] na Amazônia, para que cada pessoa conte uma história. É por isso que escolhemos esse nome para essa plataforma de jornalismo. Queremos contar histórias que moram aqui, na Amazônia” (Brum et al., 2022). Sumaúma é substantivo e vira verbo no texto, “Sumaúme-se”, em um convite ao pensamento e à ação a partir da perspectiva da floresta e de quem vive nela.

Mesmo antes de qualquer publicação por parte da plataforma, é perceptível a partir do manifesto a emergência de uma forma de fazer jornalismo que não se limite às bases positivistas nas quais a profissão se ancora para narrar o mundo. Corrente filosófica do século XIX, o positivismo considera como único conhecimento verdadeiro o científico e é materializado no campo a partir da aposta na objetividade da informação (apartada do subjetivo), no realismo positivo, na afirmação de dados concretos e na precisão da linguagem (Medina, 2008, p. 25). Para Sumaúma, interessa a ciência climática de ponta, porém não apartada dos saberes dos povos originários. Há apuração, fidedignidade às aspas de entrevistados, dados, apreço pela escrita dessas histórias. Porém, interessa igualmente a escolha consciente de um “lado” na guerra entre a minoria humana capaz de provocar a extinção em massa das espécies e a maioria afetada por ela. Interessa a parcialidade que até hoje, em muitas redações, tenta-se camuflar:

Como jornalistas, nos posicionamos ao lado dos povos-floresta na linha de frente da guerra movida contra a natureza. Essa guerra, segundo o Map Biomas, em 2021 assassinou 18 árvores por segundo na floresta e, neste momento, quase certamente mata um número maior. Essa guerra está obrigando as borboletas a apagar suas cores e se converter em pardas e cinzas, os tons da floresta queimada, para se mimetizar e sobreviver. Essa guerra, em vez de tanques usa tratores e motosserras; em vez de aviões com bombas tradicionais, pulveriza agrotóxicos sobre a terra, os rios e os povos; em vez de navios de combate, usa dragas de garimpo e corrói a saúde dos rios com mercúrio; em vez de soldados tradicionais, usa jagunços a soldo e policiais convertidos em milicianos pela usurpação do Estado. Essa guerra é hoje um massacre, dada a desproporção das forças, e este massacre precisa acabar (Brum et al., 2022, destaque nosso).

Na contramão da imagem cristalizada do jornalista como responsável apenas por reproduzir os fatos como se neles não interferisse a partir de seleção, recorte, interpretação, hierarquização e edição, Eliane, Carla, Verónica, Talita e Jonathan demarcam o papel que

lhes cabe de sujeitas e sujeito não só ativos como ativistas, dispostos a trabalhar em prol de uma causa anunciada desde a apresentação do projeto. Neste artigo, partimos da seguinte pergunta: de que forma essa postura ativista pôde auxiliar nas primeiras denúncias de violências sofridas pelos Yanomami¹ e ampliadas durante o governo de Jair Bolsonaro² (2019-2022)?

Com o objetivo de investigar o ativismo na plataforma de jornalismo independente e suas consequências para este povo, refletindo sobre caminhos possíveis de insurgência por meio da atuação admitidamente contaminada, nos debruçamos sobre nosso corpus de pesquisa, constituído por três amostras das produções de Sumaúma: as reportagens *‘Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?’* e *‘Não estamos conseguindo contar os corpos’* junto do editorial *‘Como chegamos aos 570 pequenos indígenas mortos’*. A primeira reportagem foi publicada em setembro de 2022 e marcou a estreia da plataforma. Assinada por Talita Bedinelli e editada por Eliane Brum, a narrativa parte da denúncia de estupro das mulheres Yanomami para contemplar um panorama da tragédia humanitária vivida pelo seu povo, cujo território demarcado é cenário de invasão, destruição e disseminação de doenças por parte do garimpo ilegal. Quatro meses depois, em 20 de janeiro de 2023, a equipe publica a investigação de uma das dimensões mencionadas no primeiro trabalho, porém não amplamente discutida: a morte dos Yanomami por desnutrição. Se inicialmente o foco estava nos estupros sofridos, em *‘Não estamos conseguindo contar os corpos’* o leitor descobre que nos quatro anos de presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022), 570 crianças com menos de 5 anos morreram nesse território indígena por causas evitáveis, como desnutrição, vermes, diarreia e pneumonia. Por fim, o texto *‘Como chegamos aos 570 pequenos indígenas mortos’*, publicado na editoria Nossa voz, discute as escolhas feitas nessa reportagem do dia 20, como a presença de fotos das crianças Yanomami desnutridas.

Um ano após o início do projeto, ao procurar pela palavra “Yanomami” no campo de busca da plataforma, é possível encontrar apenas na primeira página gerada 10 trabalhos publicados por Sumaúma. Entendemos, no entanto, que esse seria um corpus muito amplo para análise e optamos como recorte pelos três conteúdos acima citados por se tratar da primeira contextualização acerca da temática; da denúncia que gerou uma mobilização nacional em prol de socorro alimentar e humanitário aos Yanomami; e de um texto

em que Sumaúma reflete sobre seus posicionamentos envolvendo os sujeitos da floresta, portanto caro à nossa problemática. Em setembro de 2023, a equipe soma três prêmios de jornalismo, mais de 200 textos gerados que foram lidos por 500 mil pessoas somente no site de Sumaúma, além de 103 mil seguidores nas redes sociais. Apesar de ser uma iniciativa emergente, com pouco tempo de percurso, é inegável que a plataforma ocupa um lugar relevante no atual cenário brasileiro, em que as discussões em torno da floresta e de seus povos tem se ampliado, o que justifica nossa escolha por esse objeto.

A investigação do corpus se dará na esfera da análise de discurso de linha francesa, a partir das contribuições de Eni Orlandi (2005), responsável por primeiro empregá-la no Brasil na década de 1970. Seguiremos o dispositivo analítico proposto por Orlandi (2005, p. 77), caminhando da superfície linguística (texto) ao processo discursivo (ao encontrar as formações ideológicas). Para tanto, apresentaremos “sequências” selecionadas do corpus por conterem elementos que ajudam a responder a questão de pesquisa ou por ancorarem a perspectiva de ativismo aqui explorada. O recorte desses trechos em específico aparecerá justificado no decorrer da análise. Antes de listá-los, iremos sempre assinalar de onde foram retirados (se das reportagens ou do editorial) e a “formação discursiva” a que essas sequências aludem. Por fim, será possível procurar pelas “formações ideológicas” correspondentes, chegando ao “como” o texto significa.

O uso da preposição “como” é relevante tanto para o nosso problema de pesquisa (já que queremos saber de que forma a postura ativista auxilia na denúncia) quanto para a AD. Relacionando a linguagem à exterioridade, a partir da articulação de conhecimentos da Linguística com aqueles das Ciências Sociais, a análise de discurso considera a relação da língua com a ideologia, sendo o analista aquele que irá não extrair sentidos do texto dado, mas buscar como eles se constituem. Os três conceitos destacados no parágrafo anterior (sequência discursiva, formação discursiva e formação ideológica) serão devidamente explicados no trabalho. Por ora, os trouxemos para apresentar a sistematização proposta, com o intuito de facilitar a leitura do artigo.

A hipótese que norteia a nossa procura por respostas é a de que o engajamento, perceptível a partir de determinadas marcas discursivas, aliado à abordagem sensível, à autocrítica de seu próprio trabalho e do campo inscrevem a atuação de Sumaúma na perspectiva

de um jornalismo de subjetividade (Moraes, 2022), imprescindível para a proteção dos indígenas no contexto de um genocídio³.

2 Ativismo como confronto à objetividade excludente

Em texto recente, no qual conceitua brevemente *Advocacy Journalism*, o norte-americano Ryan Thomas (2022) afirma: “o domínio da objetividade como norma jornalística significa que tem sido dada atenção insuficiente ao contributo do *Advocacy Journalism* (e do jornalismo orientado para a opinião, em geral) para a democracia e a vida pública”. O termo, segundo o pesquisador, figura em sentido amplo como um rótulo aplicado a gêneros ou produções jornalísticas que advoguem em prol de alguma causa, ou, em outras palavras, nos quais se assume explicitamente um ponto de vista. Para além dessa contribuição pontual, Thomas lista bibliografias acerca do assunto e se refere a uma distinção entre países latino-americanos e os Estados Unidos. Nos primeiros, seria possível reconhecer exemplos em que a grande imprensa adere a um estilo de reportagem voltado a essa defesa, enquanto nos EUA a reportagem “objetiva” (e ele faz uso de aspas) é definidora do mainstream jornalístico. Essa afirmação requer uma investigação mais aprofundada que ultrapassa os limites deste artigo, mas é preciso demarcar que veículos integrantes da imprensa dita tradicional brasileira possuem, em seus manuais, orientações específicas acerca da objetividade, estimulando a “frieza”, como veremos.

Trazemos o autor por entender que não é possível falar de um jornalismo militante, ativista, de combate ou ainda de um *Advocacy Journalism* sem considerar o impacto desse cânone profissional nas rotinas produtivas. Dedicamos este tópico, portanto, a uma revisão crítica da objetividade, utilizando majoritariamente autores brasileiros, que falam a partir de um lugar próprio, do contexto que é de nosso interesse investigativo. Em seguida, iremos refletir acerca do jornalismo de subjetividade, cunhado e empregado pela pesquisadora pernambucana Fabiana Moraes (2022), em contraponto ao inexistente apagamento do profissional.

No verbete “emoção”, que em 1996 figurava no Manual de Redação do jornal brasileiro Folha de S.Paulo⁴, o veículo orientava que o registro por parte de seus repórteres fosse o mais descritivo possível. E fornecia um exemplo: ao invés de afirmar que o réu estava visivelmente nervoso, mais valeria citar que ele fumou 45

cigarros durante quatro horas de julgamento. Na edição de 2011 do mesmo manual, esse verbete foi suprimido, mas outros contemplam instruções semelhantes. Em “dimensão”, lemos: “Evite adjetivos imprecisos. A ponte media 75 cm de largura, em vez de A ponte era estreita. O prédio tem 32 andares, em vez de O prédio é alto” (Folha de S. Paulo, 2011, p. 64). Já o verbete “objetividade” começa com uma afirmação: “Não existe objetividade em jornalismo” e prossegue com outra: “Isso não o (repórter) exige, porém, de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza” (p. 47).

Não por acaso, Gaye Tuchman (1993, pp. 79-83) chamará a objetividade de ritual estratégico, pois ao ouvir os dois lados da questão; ao apresentar provas que corroboram afirmações; ao considerar que as opiniões estão nas aspas dos entrevistados, e os fatos falam por si, o jornalista se resguarda de questionamentos ao seu trabalho. Esse ritual é historicamente problematizado por diversos autores e aqui citamos Sylvia Moretzsohn (2007, p. 119) apenas a título de exemplo. Ela é crítica ao processo de mediação que se legitima ao ocultar-se, no qual o jornalismo “lava as mãos”, afirmando que apenas relata fatos, quando, na realidade, promove uma construção e possui interesses no que/em como divulga.

Apesar dessa certeza, tanto nos manuais de redação quanto nas salas de aula universitárias não se deixa de instruir o distanciamento. É o que constata na prática o pesquisador brasileiro Gean Oliveira Gonçalves (2022, p. 145). Em tese de doutorado, ele compartilha a sua percepção ao assumir, em 2020, a disciplina de Teorias do Jornalismo numa universidade privada da cidade de São Paulo. A ementa e a disciplina postos previam que ele começasse pelos conceitos de imparcialidade, neutralidade e objetividade, basilares ainda hoje para a formação profissional. Há, no entanto, um clamor por renovação, como ele conclui ao se debruçar sobre 20 cursos de graduação em Jornalismo no país, ouvindo docentes. Gonçalves (2022, p. 157) está interessado em descobrir se as teorias do jornalismo poderiam ter em seu centro o critério da alteridade. E chega a uma resposta positiva, desde que, ao invés de se voltar para a “[...] mentalidade empobrecida por um profissionalismo regido pela técnica e pela eficiência”, o professor descentre o olhar constituído, tornando-o “[...] permeável a pontos de vista, o que é próprio da vivência e da subjetividade do Outro, à possibilidade de ser afetado

por este” (p. 159). Em sua própria atuação em sala, ele parece tentar fazer isso quando, ao ministrar uma aula sobre narrativa jornalística, recorre a contribuições de sua orientadora Cremilda Medina e de Luiz Gonzaga Motta para mostrar que a linguagem não precisa ser restrita aos dados ou ao apagamento das marcas de enunciação (p. 150). Para fins deste artigo, não temos a finalidade de contribuir de forma autoral com as teorias do jornalismo, o que demandaria uma imersão bem mais robusta, porém é possível apontar para trabalhos, como o de Gonçalves, que fazem esse movimento.

Voltando ao exemplo da Folha de S.Paulo, se o réu que fuma 45 cigarros fosse negro e a vítima branca, a notícia seria igual àquela nos quais os papéis se encontram invertidos, permanecendo o crime o mesmo? Esse tipo de questionamento (enfrentamento) interessa à Fabiana Moraes (2022), para quem a objetividade tratada aqui tem cor, gênero, endereço e poder, se confundindo com os procedimentos técnicos imprescindíveis ao jornalismo, mas instrumentalizados para validar discursos hegemônicos. A autora exemplifica essa afirmação a partir do critério objetivo da busca por fontes variadas e compatíveis com o assunto abordado. Apesar dessa necessidade, historicamente não há a seleção de pessoas negras, especialmente enquanto especialistas, para figurar nos produtos noticiosos do país⁵ (Moraes, 2022, p. 15). O mundo enquadrado pelo jornalista (ou pela jornalista, como Fabiana adota em seu livro, deslocando a figura do profissional do gênero masculino) é vendido enquanto fruto de uma atuação acima das paixões, neutra, desinteressada, mas nele pessoas e grupos aparecem ora apagados ora estigmatizados, o que é do interesse de um projeto de poder (p. 21).

Esse cenário instituído é o filho bastardo de uma racionalidade colonizadora branca, heterossexual e abastada, responsável por subjugar, dizimar e silenciar (não sem resistência). Para refletir sobre o assunto, Fabiana Moraes (2022, p. 42) alude ao pesquisador Erick Torrico Villanueva. Defensor da decolonização comunicacional e da independência do pensamento latino-americano, Villanueva (2018) constata que a in-comunicação é uma das raízes do problema: não interessava aos “de cima” conversar com os “de baixo”, quando o que se desenhava era um processo de negação da humanidade de mulheres e homens considerados inferiores. Das descrições de Cristóvão Colombo, primeiro europeu a chegar às Américas, no século XV, a produções midiáticas do século XXI – entre elas a telenovela *Uga Uga* (2000), da Rede Globo, exibida na virada do milênio, cujo enredo

girava em torno de um branco de olhos azuis perdido na floresta e adotado por indígenas – uma série de apagamentos, estereótipos e processos de exotificação violentam nossos povos originários a partir da in-comunicação, encarcerando-os na homogeneização, no lugar do selvagem, do ingênuo, ou daquele que precisa ser resgatado⁶.

Em 2021, pesquisa⁷ realizada pela empresa Amoreira Comunicação constatou avanços ao mapear as percepções sobre os indígenas e as narrativas acerca deles na última década. A partir de 350 entrevistas com representantes de diferentes segmentos da sociedade, a equipe liderada pela jornalista Cristiane Fontes (2022) constatou que pautas ligadas ao tema se tornaram mais perceptíveis na grande imprensa neste tempo, especialmente diante do descaso do governo Bolsonaro com a política ambiental e com os povos tradicionais. A ampliação de uma agenda de representatividade e diversidade também foi lembrada pelos participantes. O incremento da cobertura jornalística, no entanto, ainda é considerado insatisfatório diante das omissões e distorções históricas. Cabe sinalizar o fato de os respondentes sentirem a necessidade de uma cobertura qualificada e consistente sobre direitos territoriais; da presença de indígenas como fontes; de reportagens sobre o cotidiano de etnias plurais, envoltas em questões que permeiam modos de vida, saberes e culturas distintos; da maior visibilidade dos indígenas urbanos.

Os apontamentos do que falta em termos de narrativa ancestral na imprensa brasileira remetem a valores-notícia e critérios de noticiabilidade, sendo os primeiros atributos que tornariam um fato passível de ser escolhido para figurar no noticiário após uma seleção primária. Tais valores compõem seara mais ampla de domínios, de critérios, envolvendo, por sua vez, outros processos, como a hierarquização de informações e a delimitação do espaço disponível para cada notícia. Todo esse processo se encontra transpassado por racismo, classismo, sexismo, machismo e outros preconceitos, mas quer se fazer passar por isento:

É por isso que me pergunto como é possível insistirmos em um jornalismo dialógico e afeito ao encontro do outro enquanto essa rede técnica-subjetiva continua a operar como se ela própria não promovesse a impossibilidade desse encontro. Como se essa rede não estivesse impregnada por essa separação ontológica que se dispersa em nossa forma de ver, contar, falar, respeitar, valorizar (Moraes, 2022, p. 124).

A pesquisadora busca confrontar essa lógica conceituando o jornalismo de subjetividade, em cujo âmbito critica a estrutura

do campo de conhecimento com o intuito de ferir concepções que destroem humanidades. Ela defende o emprego do subjetivo como elemento político de uma prática profissional crítica de si mesma e reconhecidamente ativista. Em sua argumentação, constata que a escolha de temas, fontes, bem como o recorte explorado, as perguntas elaboradas previamente e a abordagem das pautas já significam por si só a tomada de posição; caberia ao profissional assumir esse engajamento, acusar a sua presença, o lugar de onde fala, e empregar a pauta como arma de combate para ir de encontro à desumanização sem, por isso, abrir mão de determinados pressupostos da objetividade, entre eles a apuração ampla, a checagem de dados, a polifonia e a fidedignidade às declarações (Moraes, 2022, p. 143).

Ao citar a “contribuição pragmática incontestável” do positivismo e questionar o que seria das narrativas da contemporaneidade se os discursos ficassem apenas na esfera da abstração, das opiniões difusas, Cremilda Medina (2008, p. 26) também sublinha, a seu modo, a necessidade dos pressupostos mencionados. As duas autoras ainda se aproximam por considerarem os legados de Auguste Comte, pai do positivismo, na ciência. O jornalismo de subjetividade é indissociável da academia. Voltamos à sala de aula citada a partir do trabalho de Gonçalves. Afinal, é da teoria para a prática, na práxis, que uma afirmação de Fabiana Moraes (2022, p. 124) deve ressoar, tirar da zona de conforto, levar à ação: “Escolhemos objetivamente quem pode morrer”.

3 O diário de guerra e a voz para frear mortes

O título do trabalho de estreia de Sumaúma é uma pergunta: “*Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?*”. O questionamento parte de uma mulher Yanomami, testemunha do estupro de outras e da destruição do seu mundo, e é direcionado à afetação. A violência irrompe do texto. Após o impacto inicial promovido, talvez o leitor note que acima do título há um chapéu com o nome da seção na qual a reportagem foi publicada: Diário de Guerra. Localizar a reportagem neste lugar significa que Sumaúma entende a situação enfrentada pelos Yanomami como uma guerra e assume o seu lado neste embate. Trechos arbitrariamente selecionados da reportagem de Talita Bedinelli (2022, destaques

nossos), as chamadas sequências discursivas, nos permitirão analisar mais detalhadamente essa inscrição no discurso:

FORMAÇÃO DISCURSIVA CAMPO DE BATALHA (sequências da reportagem sobre os estupros)

Um sobrevoo pelo território Yanomami mostra que o corpo da floresta está coberto por feridas, crateras abertas e reviradas de lama que engoliram as árvores. Marrom avançando sobre verde. A imagem se assemelha ao estrago produzido por **bombas lançadas do céu**.

Em cada região que planejamos chegar, pessoas que Ana Maria conhece há mais de uma década avisam que, se entrarmos, poderemos não sair. **Os Yanomami estão sitiados** e, assim, suas vozes mais e mais silenciadas. Para enfrentar essa **barreira** sem nos tornarmos vítimas, como recentemente aconteceu com o indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips, **executados** em junho, no Vale do Javari, outra **região amazônica invadida** pelo crime organizado, buscamos uma solução. Para que as mulheres pudessem ser escutadas, contamos com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), uma das maiores organizações socioambientais brasileiras, para retirar mulheres dos territórios afetados, de avião, e levá-las ao Demini, região liderada pelo xamã Davi Kopenawa, onde poderiam testemunhar sobre o que vivem sem correr riscos. Botamos em curso uma **complexa operação de jornalismo em território de guerra, uma guerra cujas forças são tão desproporcionais que a palavra mais exata seria massacre**.

Ao longo das últimas décadas, a floresta e seus povos sofreram **ataques** do garimpo ilegal, de grandes mineradoras transnacionais, do agronegócio, de empreendimentos madeireiros e da grilagem (roubo de terras públicas). Também foram **usurpados** por grandes obras governamentais, como hidrelétricas, rodovias e ferrovias. Antes das invasões garimpeiras, em 1973, durante a ditadura, a abertura da Perimetral Norte marcou o momento em que os contatos esporádicos com os Yanomami passaram a ser massivos. Alguns indigenistas apontam que a estrada assinalou o início do **holocausto** vivido por um dos povos mais complexos do planeta.

As bombas lançadas do céu criando crateras abertas remontam às imagens das bombas atômicas lançadas na segunda guerra mundial. Fazer esse movimento em busca do já dito, de uma memória discursiva⁸, é entender o discurso enquanto um processo, sempre marcado por outros dizeres, antecessores. Palavras como sitiados, barreira, operação em território, forças desproporcionais e massacre também remetem à guerra, assim como o trecho apresentado abaixo, presente na reportagem *‘Não estamos conseguindo contar os corpos’*. Na passagem, Ana Maria Machado, Talita Bedinelli e Eliane Brum (2023, destaques nossos) reproduzem o conteúdo da carta escrita por um profissional de saúde e recebida pela equipe em janeiro de 2023:

**FORMAÇÃO DISCURSIVA CAMPO DE BATALHA
(sequência da reportagem sobre a desnutrição das
crianças Yanomami)**

Ele descrevia um **cenário de guerra**. A comunidade não conseguia sequer fazer a cerimônia de cremação dos mortos, porque não haviam (sic) pessoas saudáveis em número suficiente. “Em Porapê, morreram 4 pessoas. Soube agora que morreu mais uma criança. O tuxaua [liderança] morreu também. Precisamos alcançar aqueles que estão mais distantes das pistas de pouso”, continua a mesma fonte na mensagem em que **pedia socorro**.

Tanto essa sequência quanto as trazidas anteriormente foram escolhidas pelas marcas que carregam, conformando sentidos da formação discursiva aqui nomeada como Campo de batalha. A formação discursiva (FD) é definida como o que pode e deve ser dito a partir da posição ocupada pelo sujeito (Orlandi, 2005, p. 43). O povo Yanomami está posto no discurso neste lugar de confronto, em que ocupa a posição de vítima. Dessa posição pode ser dito que o sujeito vive um extermínio (e a alusão ao holocausto reforça conexões entre esta vivência e a da segunda guerra), pode ser dito que há enfrentamentos, mas seria no mínimo inesperado se fosse dito que os Yanomami e os garimpeiros coexistem harmonicamente. Estaríamos, então, diante de nova produção de sentidos, com sujeitos inscritos em outra formação discursiva.

No caso da FD Campo de batalha, a formação ideológica dada, ou seja, a posição ocupada considerando uma determinada conjuntura sócio-histórica, pode ser encontrada no referencial bélico e na lógica exploratória. Na região amazônica invadida nos últimos anos há violência, destruição e mortalidade a partir do enfrentamento direto ou do uso de estratégias, também denunciadas por Sumaúma, entre elas a expulsão das equipes de saúde em determinados pontos do território. Esse processo não vem de hoje; antes é constitutivo da própria formação do Brasil e dos demais países da América Latina, um dia colonizados. Exterminar, subjugar e expulsar povos originários na contemporaneidade, seja por meio do garimpo, do agronegócio, da ação de madeireiras ou das grandes obras governamentais, é uma prática que remonta ao passado e segue enquanto presente. São ações perpetradas por outros agentes, com igual fim de exploração do território para geração e acúmulo de riquezas. Atingir este ponto da análise é chegar ao como se diz, destrinchando as etapas do dispositivo analítico de Eni Orlandi (2005, p. 77).

Na guerra, Sumaúma faz uso de táticas: se não pode

ultrapassar a trincheira, tira a vítima do campo de batalha para entrevistá-la em uma zona neutra. A região de Demini, citada na reportagem sobre os estupros, não foi invadida pelos garimpeiros. Eis outra tática, considerando a mesma reportagem: uma vez que as imagens representam perigo para a segurança das entrevistadas, o fotógrafo Pablo Albarenga faz registros sem identificá-las. O foco distorcido dos rostos e o posicionamento de costas para a câmera se somam a desenhos feitos pelas Yanomami e sobrepostos às imagens, com o olhar delas acerca de como o garimpo as afeta. Silhuetas de homens com suas genitálias à mostra e os próprios órgãos em tamanho distorcido dividem espaço com reproduções dos helicópteros usados pelos garimpeiros para sobrevoar o território invadido.

FORMAÇÃO DISCURSIVA RESISTÊNCIA
(textos da reportagem sobre os estupros)

Figuras 1 e 2

Fotos de Pablo Albarenga, com sobreposição das ilustrações das mulheres Yanomami



Fonte: Sumaúma

Cada uma das ilustrações pode ser entendida como texto, pois, conforme esclarece Eni Orlandi (2005, p. 69), o que constitui uma unidade de sentido, exige interpretação e possui historicidade é texto. Abrir a reportagem com uma imagem na qual figuram os textos das indígenas enquanto seus corpos, vítimas de violências primeiras, são preservados da exposição, representa um duplo movimento. O primeiro deles é o de inscrição desses dizeres na FD Resistência. Há uma tentativa de silenciar essas mulheres que, no entanto, se expressam. Neste ponto, podemos recorrer à

contribuições de Michel Foucault (1996), outra referência quando se trata de discurso. Para ele, o discurso é inseparável das relações díspares e heterogêneas de poder, conceito em si que não existiria a não ser na própria prática. E, na perspectiva foucaultiana, onde há um poder em jogo há resistência, como explica Roberto Machado (1979, p. XIV):

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E, como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

A resistência está posta nos desenhos, mas também quando essas mulheres acessam regiões do discurso nem sempre abertas e penetráveis (Foucault, 1996, p. 37). Por possuir um método de produção que domina e historicamente é validado, o jornalista tem poder para construir discursos considerados verdadeiros e também para exercer controle sobre eles, determinando as condições de seu funcionamento. O uso desse poder para abrir espaço à fala das mulheres Yanomami é aqui interpretado enquanto resistência, inerente à constante luta de forças.

Falávamos de um duplo movimento em relação às fotos na reportagem *'Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?'*. O segundo movimento é reverter uma ação midiática tão cruel quanto estratégica: encarcerar o Outro na dor, em debilidades e fraquezas para não revelar suas potências e, assim, mantê-lo subjugado. Essas mulheres são vítimas de violências, mas não se limitam a elas. Fabiana Moraes (2022, pp. 73-74) traz essa reflexão em seu livro ao questionar as muitas imagens da pobreza com as quais a mídia retrata o continente africano e a região do Nordeste brasileiro. Ela cita pessoas esqueléticas, famintas e sofridas, numa recorrência discursiva que nomeia como imagem-bumerangue. Fotografias semelhantes à descrição feita pela pesquisadora estão presentes na reportagem *'Não estamos conseguindo contar os corpos'*. Há, no entanto, uma diferença substancial: se trata de um material publicizado após debates com lideranças indígenas, preservando a identidade dos retratados. São fotos incluídas na reportagem com o intuito de uma mobilização urgente.

Figuras 3

Foto de Pablo Albarenga com rostos dos Yanomami desfocados



Fonte: Sumaúma

Em trabalho anterior⁹, refleti sobre o impasse que a divulgação dessas fotografias representa. Fotos são consideradas por esse povo uma parte da pessoa. Elas são *utüpe*, como explica a antropóloga Hanna Limulja (2023), algo que todos os seres possuem dentro de si. Quando um Yanomami morre, pode ir para um lugar onde todos dançam, cantam, estão enfeitados, rejuvenescem, mas, para isso, deve se desprender completamente do mundo dos vivos, o que inclui a dimensão imagética. A imagem eternizada representa o risco de não alcançar esse céu, chamado de *hutu mosi*. Por outro lado, com embasamento em Susan Sontag (2003, p. 70), argumentei na ocasião sobre como o choque gerado representa uma função moderna e didática da fotografia com foco na ação enérgica, na tentativa de mobilização em prol do direito à vida. Reproduzo abaixo trechos em que Sumaúma se posiciona em relação a essa escolha; as passagens assinalam a entrada em uma nova formação discursiva. As sequências integram o editorial *Como chegamos aos 570 pequenos indígenas mortos* (Brum, 2023a, destaques nossos):

FORMAÇÃO DISCURSIVA DENÚNCIA (sequências discursivas do editorial)

De acordo com os Yanomami, a imagem capturada em uma fotografia (*utupè*) é um dos componentes da pessoa. Quando um bebê, uma pessoa velha ou uma pessoa doente é fotografada,

isso fragiliza ainda mais quem já está numa condição de grande vulnerabilidade. As consequências podem ser graves, já que, por ter sido fotografada ou filmada, a pessoa corre o risco de ir para o mundo dos mortos. Jogar as fotos numa reportagem, mesmo que a intenção seja **denunciar uma violação absoluta de direitos**, não pode ser, simplesmente, mais uma violação. **Uma violência não nos autoriza a praticar outra**. Mesmo assim, é muito difícil sustentar a angústia de testemunhar a tragédia, ainda que pela voz de outros, e conter o desejo de **berrar para o mundo ouvir**. Sabemos, porém, que **o jornalismo só consegue mover o que precisa ser movido quando é consistente**.

Publicamos a reportagem na madrugada de 20 de janeiro com os **rostos borrados, conforme foi acordado com as lideranças indígenas**, para atenuar o impacto da divulgação da imagem na cultura Yanomami, por um lado, e, por outro, para proteger indígenas e profissionais de saúde de sofrer retaliações no território. Qualquer possível identificação pela roupa de técnicos, enfermeiros e médicos também foi borrada, num trabalho zeloso de nosso editor de imagens, Pablo Albarenga. **Nenhuma reportagem é mais importante que a vida das pessoas, mesmo que seja uma reportagem para denunciar uma tragédia que devora vidas**.

Nos recortes acima, o jornalismo se inscreve em uma posição específica no discurso: o de guardião da sociedade, que não irá permitir a violação de direitos. Mas, o esperado deste lugar é tensionado; não vale tudo em prol da denúncia. Publicar ou não as imagens que ferem os Yanomami de maneira muito singular, em suas crenças, é tomado como dilema ético, enfrentado a partir do diálogo com as lideranças indígenas e da autocrítica. Trata-se de um posicionamento reflexivo da equipe sobre o seu próprio fazer, condição que também integra o jornalismo de subjetividade, assim como os questionamentos em relação ao campo. Essa segunda ação está presente na reportagem *‘Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?’* (Bedinelli, 2022, destaques nossos):

FORMAÇÃO DISCURSIVA DENÚNCIA (sequência da reportagem sobre os estupros)

Nos quase quatro anos da presidência de Jair Bolsonaro, essa realidade só se agravou, **sem nenhuma ofensiva consistente e realmente eficaz por parte do poder público**. Diante da pressão nacional e internacional, o governo se limita a fazer **operações pirotécnicas pontuais, que por 15 dias destroem maquinários e aeronaves, rendem boas imagens na imprensa, mas nada mudam**. Em 2021, foram feitas três. Neste ano, apenas uma, no início de agosto, e os garimpeiros já retornaram.

Ao destacar a preocupação do governo unicamente com o espetáculo que renderá boas e midiáticas imagens, a jornalista Talita

Bedinelli expõe não só a falta de vontade política para combater o garimpo ilegal como também a engrenagem que faz da imprensa partícipe. A repórter conhece o funcionamento interno desse campo e dá visibilidade a ele para confrontá-lo, gerando determinada leitura possível: afinal, de que adianta a imprensa valorizar tanto uma imagem impactante, porém pontual (lembro que o visual-atrativo é um valor-notícia), se deixa de confrontar a falta de ações efetivas, de longo prazo, para a transformação daquela realidade?

Resguardada a relevância da postura de cobrança, que não questiono, mas ciente da função do analista de compreender os gestos de interpretação (Orlandi, 2005, p. 26) na constituição do texto, observo que conectar a imprensa à possibilidade de mudança é ter discursivamente posto mais uma vez o papel dela enquanto guardião. Uma das formações ideológicas da FD que nomeamos como Denúncia está ancorada num já dito que remonta ao século XIX. Naquele momento histórico, imbuído das revoluções liberais de onde surgiu o pressuposto iluminista¹⁰ do esclarecimento, o político britânico Thomas Macaulay consagra a divisão de poderes que Montesquieu havia proposto um século antes e a amplia, propondo a existência de um quarto poder, capaz de fiscalizar os demais para defender a sociedade de eventuais abusos do Estado. Sylvia Moretzsohn (2007) resgata essa origem, atesta que tal alcunha garante ao jornalista o reconhecimento de seu papel enquanto mediador, mas também é crítica a ela, seja porque ao longo da história os interesses do capital foram travestidos de interesse público por meio dessa justificativa seja porque a ideia de quarto poder se assenta no princípio simplificador do escopo da objetividade: este guardião é isento, neutro.

Para além do interdiscurso – ou seja, dos discursos anteriores que afetam a forma como o sujeito significa –, há também a dimensão do intradiscurso, o eixo da formulação de sentidos, “[...] aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (Orlandi, 2005, p. 33). No Brasil de 2022, após quatro anos de um governo em tentativa de reeleição e marcado pelo aumento do número de violências contra indígenas¹¹, cobrar do poder público a presença dos 20 mil garimpeiros ilegais em território demarcado não diz respeito à isenção; pelo contrário, é o ativismo aqui valorizado. E ele estará presente em muitas sequências, tanto da reportagem sobre os estupros quanto no trabalho acerca da morte de crianças Yanomami:

FORMAÇÃO DISCURSIVA DENÚNCIA

Sequência da reportagem sobre os estupros:

Quase 50 anos depois, **Jair Bolsonaro, notório defensor da ditadura, assim como o atual Congresso**, dominado por representantes dos interesses do agronegócio e da mineração predatória, ampliou e acelerou a destruição da floresta num momento em que o colapso climático provoca eventos cada vez mais extremos. Exponente da nova extrema-direita global, **Bolsonaro já fez garimpo ilegal quando pertencia aos quadros do Exército**. Ao assumir a presidência, em 2019, promoveu um desmonte nas estruturas dos órgãos que fiscalizam crimes ambientais no país, ao mesmo tempo em que estimulava a exploração da floresta em suas falas públicas. “Por mim, eu abro o garimpo. Tem projeto para abrir o garimpo em terra indígena”, disse ele, em 2020. (Bedinelli, 2022, destaques nossos).

Sequência da reportagem sobre os estupros:

A atuação de Bolsonaro provocou comunicações ao Tribunal Penal Internacional por **genocídio indígena**. Durante a pandemia, ele chegou a **vetar água potável para os povos originários**, entre várias outras **decisões que impediram o combate eficaz à covid-19 e resultaram na morte de algumas das principais lideranças indígenas no Brasil**. (Bedinelli, 2022, destaques nossos).

Sequência da reportagem sobre a desnutrição das crianças Yanomami:

Somado a isso, o **desmonte da saúde indígena durante os 4 anos do governo Bolsonaro** levou várias aldeias ao colapso sanitário. Com pouco acesso à saúde e medicamentos em falta, crianças e velhos morrem de desnutrição ou por doenças tratáveis, como vermes, pneumonia e diarreia. (Machado et al., 2023, destaques nossos).

Sequência da reportagem sobre a desnutrição das crianças Yanomami:

Isso gera casos como o da região do Homoxi, onde o posto de saúde foi tomado pelos criminosos, virou depósito de combustível e foi incendiado pelos garimpeiros em dezembro, como forma de retaliação a uma operação da Polícia Federal em combate à atividade ilegal. Segundo as estatísticas, nenhuma criança está desnutrida ali, o que não corresponde à realidade. Como não há acompanhamento das equipes de saúde, também não há dados. **As crianças que passam fome, adoecem e com frequência morrem foram também apagadas do sistema. O apagão estatístico é mais uma forma de promoção da morte**. (Machado et al., 2023, destaques nossos).

Sumaúma dá nome e sobrenome a quem culpabiliza pelo genocídio indígena. Retrocede no tempo para expor a ligação de Bolsonaro com o garimpo e a ditadura militar, regime no qual a abertura da estrada Perimetral Norte torna massivo o contato com os Yanomami. Ao citar a ditadura, também resgata memórias discursivas que amplificam a noção da violência, sem perder de vista acontecimentos recentes que a materializam, como o desmonte da

fiscalização do território; a fala favorável à exploração da floresta; as decisões que levaram os indígenas à morte na pandemia, para além do vírus; o apagão estatístico e o desmonte da saúde que dificultaram tratamentos. São dizeres inscritos na formação discursiva Denúncia, mas a formação ideológica que lhes corresponde nessas passagens precisa explorada no âmbito da necropolítica. Criado pelo intelectual camaronês Joseph-Achille Mbembe em 2003, esse conceito diz respeito a uma soberania, em sua expressão máxima, que dita quem pode viver e quem pode morrer. Ameaçar fuzilar inimigos e atirar na cabeça de criminosos, armar a população e negar a ciência, permitindo o alastramento de uma doença que matou mais os pobres no Brasil, são alguns traços apontados por Rodrigo Nunes (2020), professor de Filosofia da Puc-Rio, acerca da ação do governo Bolsonaro; um governo que circunscreveu determinados corpos enquanto mais “matáveis” do que outros. A denúncia de Sumaúma contempla marcas discursivas que aludem a essa política, estando os povos originários na seara daqueles que podem morrer.

Reiteradamente, tanto por meio do resgate histórico quanto através dos números, a plataforma responsabiliza o governo de extrema direita, se posicionando contrariamente a ele, o que é perceptível até mesmo no detalhe de uma decisão editorial: a reportagem sobre os estupros chega ao fim com a assinatura de Eliane Brum na edição, Ana Maria Machado na assessoria antropológica e Rodolfo Almeida na infografia e, só então, se apresenta o “outro lado”, parte do ritual estratégico (Tuchman, 1993) do jornalismo. Ao invés da reprodução de uma nota na íntegra, o adendo “*O que o governo Bolsonaro diz*” traz aspas do que afirmam órgãos como a Funai e o Ministério da Defesa confrontadas com apuração.

A apuração ampla, aliás, componente da objetividade, é um dos destaques das duas reportagens que compõem nosso corpus. No trabalho de denúncia às mortes das crianças Yanomami, números revelam a extensão da disseminação de doenças (é citada a região de Auaris, com 896 famílias, e 2.868 casos de malária em dois anos) e contemplam a diversidade do território (não só Auaris é mencionada, mas também outras localidades como a Maloca Paapiu, onde seis a cada 10 crianças estão desnutridas, e a região do Xitei, onde, em 2022, 13 crianças com menos de cinco anos morreram por causas que seriam tratáveis). Cabe ressaltar que a principal denúncia (570 crianças morreram em território Yanomami nos últimos quatro anos, um aumento de 29%) surge no texto a partir do cruzamento de dados.

Talita Bedinelli tabulou números de 2022 do Datasus¹² e os combinou com aqueles de anos anteriores, conforme explicado no editorial *Como chegamos aos 570 pequenos indígenas mortos por negligência do governo Bolsonaro*.

Já na reportagem de estreia, dados diversos (da invasão na década de 1980 com 40 mil homens na região e o extermínio de 14% da população à atuação dos 20 mil garimpeiros hoje, que afetam 273 das 350 aldeias) promovem uma radiografia das violações de direitos dos Yanomami ao longo do tempo, sendo costurados a depoimentos que os humanizam. Fatos a princípio distintos são aproximados (é estabelecida uma conexão entre o desmatamento da Amazônia e a origem de pandemias como a de covid-19, frisando o contrassenso na expansão da destruição da floresta) para revelar a complexidade do que é divulgado. A consulta a inúmeras fontes (do Yanomami que preside o Conselho Distrital de Saúde Indígena ao especialista da Fiocruz que explica a ação do mercúrio do garimpo no organismo), mas, prioritariamente, às múltiplas vozes das indígenas (das mulheres Yanomami em risco nas regiões de Missão Catrimani, Parima, Xitei e Hakoma àquelas da aldeia Demini, onde o garimpo ainda não chegou), enriquece o debate. A escrita transpassada pelos dizeres do povo ancestral (“As mulheres do Demini olham com temor os grandes moxi xawarapë, a palavra Yanomami para ‘pênis cheios de doenças’, desenhados pelas visitantes. Sabem o que os napëpë e seus moxi xawarapë reservam às mulheres indígenas”) abraça a potencialidade do autorrelato para transmitir com clareza e fluidez o inenarrável.

No processo discursivo em que os sentidos se conformam também por meio das narrativas, a floresta e as Yanomami aparecem unidas por meio do corpo. Adentra-se em uma nova formação discursiva, a FD Comunhão ancestral, específica da reportagem ‘*Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?*’ (Bedinelli, 2022, destaques nossos):

**FORMAÇÃO DISCURSIVA COMUNHÃO ANCESTRAL
(sequências da reportagem sobre os estupro)**

O corpo da maior floresta tropical do mundo, grande reguladora do clima do planeta, **foi violado e invadido** por cerca de 20 mil mineradores ilegais na Terra Indígena Yanomami, um território de 9,6 milhões de hectares entre os estados de Roraima e Amazonas, no norte do Brasil, próximo à fronteira com a Venezuela.

É o testemunho de um xamã a respeito do **avanço colonizador sobre o corpo da floresta e sobre o corpo dos seres da floresta**. É também o testemunho de um humano da floresta

sobre o colapso climático. Os xamãs seguram o céu, mas os xamãs estão sendo mortos pelos napêpê e suas xawara. A expressão poética de Kopenawa se alinha à melhor ciência, ao mostrar que a ação da floresta, **esse ente complexo de alta tecnologia formado pelo intercâmbio constante de tantos viventes**, é quem “cria” o céu – ou a atmosfera terrestre. Se ela deixa de agir como floresta pela destruição acelerada em curso, o céu “cai”.

A demarcação da Terra Indígena Yanomami e a redemocratização do Brasil, depois de uma ditadura empresarial-militar que durou 21 anos e **converteu a floresta num corpo para exploração predatória**, significava uma possibilidade de mudança na forma de tratar **a natureza e os povos que jamais se separaram dela**. Nenhuma delas sabe responder à pergunta de por que eles comem as vaginas das mulheres Yanomami, **por que invadem a floresta e seus corpos, porque estupram a elas e à mata**. Nenhuma resposta é sequer sussurrada. Esse mistério brutal só os napêpê conhecem.

A grande reportagem inaugural de Sumaúma tem como foco o estupro de meninas e mulheres Yanomami no território delas por parte de garimpeiros invasores. Um problema complexo que envolve a violação em si, a omissão do poder público, o aliciamento de adolescentes indígenas para atrair amigas em troca de celulares, a prostituição e uma série de violências não só físicas e psicológicas, mas também de um modo de vida, o modo de ser floresta e nela permanecer, como pontua a equipe. Nos trechos selecionados, emerge o efeito metafórico, conceituado por Michel Pêcheux e explicado por Eni Orlandi (2005, p. 78). Nesse fenômeno semântico, há uma transferência de sentidos entre o que eu digo e outra forma de dizer. Quando Sumaúma fala em corpo da floresta violado e invadido, convertido em exploração predatória e estupro, está falando sobre a mata desmatada, o rio contaminado, seres mortos, mas igualmente sobre o corpo das mulheres violentado, invadido, predado, estupro; um corpo que é parte integrante desse todo e dele não se distingue.

Ailton Krenak (2019) tem no sobrenome da sua etnia igual entendimento de que o homem é parte do organismo Terra. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, ele explica que “kre” significa cabeça e “nak”, terra: “Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos identifica como ‘cabeça da terra’, como humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra” (Krenak, 2019, p. 48). Essa é a origem do dizer, que não se encerra (guardada as suas especificidades) nos Krenak ou nos Yanomami; ela remete à ancestralidade de todos nós enquanto humanidade.

Ao narrar a partir das lógicas da floresta, a plataforma está tomando um partido. Não é preciso ler o editorial – espaço em que historicamente o jornalismo se autoriza a apresentar a sua opinião – para saber que Sumaúma constrói esse conteúdo a partir do ponto de vista das Yanomami, com o cuidado de preservar voz própria e autônoma, voz ancestral.

4 Considerações finais

Sumaúma se move a partir da Amazônia. Deste centro do mundo do qual seu jornalismo nasce, a equipe prosseguiu acompanhando a catástrofe humanitária em território Yanomami após a publicação daquela primeira reportagem, em 2022. Pouco mais de três meses depois, por meio da Lei de Acesso à Informação¹³ e dos números do Datasus, Talita Bedinelli chegou à estatística de 570 crianças da etnia mortas por causas evitáveis durante os anos de Jair Bolsonaro na presidência do país. Do dia 6 de janeiro de 2023 até o dia 18, Talita aguardou uma resposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, recém-empossado. A apuração foi ao ar na madrugada de 20 de janeiro e na mesma data o Ministério da Saúde decretou emergência de saúde pública para enfrentamento da falta de assistência sanitária ao povo Yanomami. A repercussão do dado e do decreto foi imediata, bem como a divulgação da ida do presidente Lula a Roraima, junto das ministras Sônia Guajajara (Povos Originários) e Nísia Trindade (Saúde). Assistência médica e envio de cinco mil cestas básicas aos indígenas foram medidas tomadas com urgência para evitar novas mortes.

A denúncia engajada de Sumaúma, que depois pautaria outros veículos, permitiu que o Brasil olhasse para o que acontece neste momento em Roraima e no Amazonas. E sem abrir mão de procedimentos objetivos. O próprio número de vidas Yanomami perdidas por desnutrição e malária se deu a partir de um cruzamento de informações e da checagem de dados, duas premissas citadas por Fabiana Moraes (2022, p. 14) como integrantes da objetividade necessária. Sumaúma optou por palavras precisas para descrever o cenário, como genocídio, guerra, massacre (Formação discursiva Campo de Batalha); por dar nome e sobrenome aos responsáveis, fazendo uma cobrança direta (Formação discursiva Denúncia); por contextualizar dores e violências dando ao leitor uma dimensão ampla do problema; por refletir o seu próprio fazer e o do campo jornalístico (Formação discursiva Denúncia); pelo cuidado em não ocupar um lugar de fala,

mas dar espaço aos dizeres indígenas e às suas lógicas (Formações discursivas Resistência e Comunhão Ancestral), buscando entendê-los para torná-los acessíveis – uma prova disso é a preocupação em incluir Ana Maria Machado nas entrevistas. Ela é uma das poucas tradutoras de uma das seis línguas faladas pelos Yanomami e foi incluída à equipe porque Sumaúma quer “[...] compreender o que vive o povo Yanomami em seus próprios termos” (Bedinelli, 2022).

É a partir dessas escolhas, admitidamente ativistas, conectando processos históricos com características particulares do tempo presente, que Sumaúma auxilia na denúncia de violências e, apesar de seu pouco tempo de existência, contribui para discussões necessárias à profissão. Esse campo foi transpassado pelo ideal da razão, em um movimento cuja face problemática é a defesa de uma objetividade excludente ao invés de correlata à subjetividade. Fala-se em “distanciamento”, em “frieza” ou mesmo em “não tomar partido”, quando na verdade ele é tomado e, muitas vezes, o lado escolhido não é o das majorias minorizadas. Esse campo vive ciclos no país. Para Adelmo Genro Filho (2012, p. 148-149), há a fase em que jornais se prestam à oferta e à procura de produtos, sendo fonte de integração social; há a fase abertamente política, em que o jornalismo é instrumento de combate ao poder feudal; há a fase em que a própria informação se torna mercadoria, com divulgação publicitária para manutenção das atividades. É possível estarmos adentrando em um novo tempo, no qual o engajamento tão característico de outrora, não é negado; antes é estimulado, da formação universitária à prática, com profissionais abrindo brechas na grande imprensa ou em novos espaços, como plataformas financiadas por apoiadores (caso de Sumaúma). Essa, no entanto, é uma hipótese a ser explorada em outros trabalhos.

Por ora e considerando os objetivos deste artigo, entendemos que as escolhas de Sumaúma no corpus aqui analisado estão alinhadas ao conceito de jornalismo de subjetividade (Moraes, 2022), com um inerente potencial de enfrentamento, que seguirá sendo indispensável. Afinal, a imprensa seguirá com o seu *modus operandi*, no qual o que é noticiado hoje precisa dar espaço ao novo em pouco tempo. Sumaúma se mostra como um pilar para que pautas (ou melhor, armas de combate, para aludir novamente à Fabiana Moraes) envolvendo o centro do mundo persistam e resistam, cumprindo o seu papel de confronto à destruição e à desumanização.

NOTAS

- 1 O povo indígena Yanomami tem seu território situado no Brasil (Norte da Amazônia e no estado de Roraima) e na Venezuela. Segundo dados de Sumaúma (Machado et al., 2023), atualmente a população nos dois estados brasileiros chega a cerca de 30 mil indígenas, vivendo em 350 aldeias ao longo de 9,6 milhões de hectares de floresta. Essa é a maior terra indígena demarcada do país, uma conquista vivida em 1992, sete anos após a redemocratização do Brasil. O que prevê a lei, no entanto, não foi suficiente para impedir a invasão das terras por parte de garimpeiros interessados na extração de minérios. Como atesta Talita Bedinelli (2022), em trecho de sua reportagem que será analisado neste artigo, o governo presidencial de Jair Bolsonaro, defensor do garimpo, acelerou a invasão em massa desse território a partir de uma série de ações, sendo uma das principais o desmonte da fiscalização de crimes ambientais no Brasil.
- 2 Eleito em outubro de 2018 com 55% de votos válidos, Jair Messias Bolsonaro, um ex-capitão do exército e congressista de longa data, conquistou eleitores se utilizando amplamente da disseminação de fake news em um período de intensa polarização no país, imbuído de uma abordagem conservadora em questões sociais e econômicas. Sua ascensão se deu no contexto de uma tendência global de ascensão da extrema-direita e é possível traçar paralelos entre suas atitudes e as de Donald Trump nos Estados Unidos. Durante quatro anos de governo, Bolsonaro negou a ciência, ampliou o acesso a armas de fogo, incentivou a violência, discriminou integrantes da população LGBTQIA+, indígenas e quilombolas, cortou o financiamento de universidades, se aproximou de governos autoritários, tentou privatizar empresas estatais e colocou em risco a liberdade de imprensa no Brasil.
- 3 No editorial *Justiça para o povo Yanomami*, Eliane Brum (2023b) cita as 570 crianças mortas em quatro anos (dados apurados por Sumaúma) para esclarecer que o uso da palavra genocídio neste contexto é intencional e necessário. Para além do posicionamento, ela convoca os leitores a pressionarem o julgamento de Jair Bolsonaro pelo crime: “O genocídio Yanomami, que Sumaúma denunciou em 20 de janeiro, precisa ser chamado do que é: genocídio. Nomear é o primeiro passo para que os autores sejam julgados e responsabilizados”.

- 4 Segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), que certifica as métricas de desempenho dos veículos nacionais, a Folha de S.Paulo, jornal fundado em 1921, é líder em circulação no Brasil em 2023, com 796 mil exemplares pagos.
- 5 Um país, vale lembrar, que é majoritariamente composto por pessoas negras. Segundo o Censo divulgado em 2022, pessoas autodeclaradas pretas e pardas representam 56% da população brasileira.
- 6 Para citar o exemplo de um conteúdo jornalístico brasileiro marcado pela premissa do salvamento, podemos recorrer à reportagem *Resgate de uma Tribo*, publicada pela revista Realidade em 1966. Os repórteres Carlos Azevedo e Luigi Mamprin participaram da transferência de indígenas da etnia Kaiabi da região do Tatuy ao Parque Nacional do Xingu. O material exalta o caráter da aventura vivida pelo grupo (foram 40 dias, 300 quilômetros percorridos e diversas dificuldades enfrentadas, da fome à malária), contemplando juízos de valor em relação àqueles que decidiram ficar em seu território originário, apesar da presença de seringueiros.
- 7 A pesquisa *Narrativas Ancestrais, presente do futuro* é dividida em 17 capítulos, contempla dados sobre a cobertura da grande imprensa, mas também apresenta as principais vozes, organizações, influenciadores indígenas, campanhas de comunicação, entre outros assuntos, construindo um amplo panorama a respeito dos povos originários do Brasil, de suas narrativas e das narrativas sobre eles.
- 8 A memória discursiva na AD ancora o conceito de interdiscurso, segundo o qual o dizer não é uma propriedade particular. O sujeito diz, mas não tem controle sobre o modo com o qual os sentidos se constituem em seu dizer, pois as palavras significam a partir da história e da língua. Há, portanto, um movimento de constante retorno, de um já dito que está na base do dizível. Diante de um texto, o analista irá em busca desses dizeres anteriores para descobrir como o texto significa. Sobre o tema, ver: Orlandi, 2005, pp. 31-34.
- 9 Trata-se de trabalho apresentado em maio de 2023 no V Fórum de Cidadania e Garantia de Direitos, evento promovido pelo Setor de Ação Comunitária do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro. O caderno de resumos com o artigo na íntegra (intitulado *Yanomami e a imagem da dor: o impasse entre a denúncia de um genocídio e o direito ao hutu mosi, o céu desse povo ancestral*)

tem previsão de publicação em fevereiro de 2024.

- 10 Movimento intelectual do século XVIII, o Iluminismo prezava pela primazia da luz da razão frente às trevas da herança medieval. Tal como o método de René Descartes e o positivismo de Auguste Comte, a concepção iluminista imbuída na imprensa brasileira também é problematizada por Fabiana Moraes (2022, p. 48), para quem o caminhar rumo à maioria da razão “[...] deixou efetivamente populações inteiras à margem, ou melhor: a própria condição de humano não se estendia a todas as pessoas”.
- 11 Segundo o relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, em 2022 os registros totalizaram 416 casos de violência contra pessoas indígenas. Nos quatro anos de governo de Jair Bolsonaro a média de casos foi de 373,8 contra 242,5 nos quatro anos anteriores, sob os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer. O material, de responsabilidade do Conselho Indigenista Missionário, pode ser acessado em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>
- 12 Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, “o Datasus disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária, tomadas de decisão baseadas em evidências e elaboração de programas de ações de saúde”. Saiba mais em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/>
- 13 Esta é uma lei federal, de 2011, que assegura o direito fundamental, prevista na Constituição do Brasil, de acesso a informações produzidas ou armazenadas por órgãos do governo seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, C. (1966). Resgate de uma tribo. *Realidade*, (9), 37-54. Retirado de <http://memoria.bn.br/DocReader/213659/1119>
- Bedinelli, T. (2022, jan. 20). *‘Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?’*. Sumaúma. Recuperado de <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/>
- Brum, E., Watts, J., Goyzueta, V., Bedinelli, T., & Jiménez, C. (2022, set. 13). *Sumaúma: jornalismo do centro do mundo*. Sumaúma. Recuperado de <https://sumauma.com/quem-somos/>

Brum, E. (2023a, jan. 24). *Como chegamos aos 570 pequenos indígenas mortos*. Sumaúma. Recuperado de <https://sumauma.com/editorial-crise-humanitaria-yanomami-sumauma-jornalismo-quem-somos-como-nos-movemos/>

Brum, E. (2023b, jan. 31). *Justiça para o povo Yanomami*. Sumaúma. Recuperado de <https://sumauma.com/justica-ao-povo-yanomami/>
Círculo folha. (1996). *Folha Online*. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_e.htm

Folha de S.Paulo. (2023, ago. 24). *IVC muda cálculo para assinaturas; Folha é líder em circulação*. Folha Online. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (3ª ed). Edições Loyola.

Fontes, C. (2022). *Narrativas ancestrais, presente do futuro*. Amoreira Comunicação. Recuperado de www.amoreira.info/narrativasancestrais/

Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Insular.

Gonçalves, G. O. (2022). *Por uma autoria solidária no jornalismo: o ensino de Teorias do Jornalismo e de epistemologias de alteridade* [tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Limulja, H. (2023, jan. 26). *Como alcançar o céu Yanomami se a imagem capturada está disseminada na internet?* Sumaúma. Recuperado de <https://sumauma.com/ceu-yanomami-imagem-hutu-mosi-hanna-limulja/>

Machado, R. (1979) Por uma genealogia do poder. In M. Foucault (Org.), *Microfísica do poder* (pp. VII-XXIII). Edições Graal.

Machado, A. M., Bedinelli, T., & Brum, E. (2023, jan. 20). *'Não estamos conseguindo contar os corpos'*. Sumaúma. Recuperado de <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>

Manual da redação: Folha de S.Paulo. (2011). *Folha de S. Paulo* (17ª ed.). Publifolha.

Medina, C. (2008). *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. Summus.

Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipélagos.

Moretzsohn, S. (2007). *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Revan.

Nunes, R. (2020, jun. 18). *Necropolítica de Bolsonaro aponta para um futuro distópico*. Folha de S. Paulo. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/vidas-de-negros-e-pobres-se-tornam-descartaveis-na-pandemia-afirma-professor.shtml

Orlandi, E. P. (2005). *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Pontes.

Sontag, S. (2003). *Diante da dor dos outros*. Companhia das Letras.

Tuchman, G. (1993). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'* (pp. 74-90). Bega.

Thomas, R. (2022, out. 22). *Advocacy Journalism*. Oxford Bibliographies. Recuperado de www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199756841/obo-9780199756841-0281.xml

Villanueva, E. R. T. (2018). Pilares teóricos latinoamericanos para la decolonización comunicacional. *Otros Logos*, (9), 62-84. Recuperado de www.ceapedi.com.ar/otroslogos/revista.php?num=2018

LUIZA GOULD. Doutoranda e mestre (2020) em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense, com dissertação vencedora do Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo 2021. Jornalista e autora do livro *A “arte de sujar os sapatos” com a grande reportagem social (Appris, 2022)*. Atualmente pesquisa a empatia durante a apuração jornalística, entrevistando repórteres e personagens de reportagens sociais. E-mail: luizagould@gmail.com

FINANCIAMENTO: este artigo foi traduzido com o apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, por meio do Edital de Apoio aos Programas Emergentes do Estado do Rio de Janeiro/2019, da FAPERJ.

Um dos pareceres utilizados na avaliação deste artigo pode ser acessado em <https://osf.io/9yppg4> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.